

Orçamento da Sest assusta novo governo

MILANO LOPES

Ao assumir o governo, no próximo dia 15, o presidente eleito Tancredo Neves terá de tomar decisões cruciais sobre a continuidade, a paralisação ou a redução do ritmo de pelo menos duas dezenas de obras importantes nos setores de energia hidrelétrica e nucleletrica, extração e beneficiamento de minerais, metalurgia e siderurgia, telecomunicações e transportes. Como o propósito, repetidamente anunciado pelo presidente eleito, é conter as estatais e liberar recursos para aplicações de natureza social, capazes de garantir uma utilização intensiva de mão-de-obra, é previsível que alguns dos projetos deixados em andamento pelo atual governo sofram uma revisão em seu cronograma físico-financeiro. O futuro ministro do Planejamento, João Sayad, não quer falar sobre o assunto, alegando que "agora é que estou conhecendo por dentro a Seplan", mas já manifestou seu "horror" com o enorme orçamento da Sest, de cerca de Cr\$ 300 trilhões.

O problema que o novo governo terá de enfrentar, para sustar ou reduzir o ritmo de construção dos grandes projetos, é que, em sua maior parte, eles estão com seus cronogramas de realização financeira na faixa dos 80%, pagam elevados encargos financeiros de recursos tomados para investimentos, dentro e fora do País, e precisam concluir para que se inicie o retorno do capital investido, que, muitas vezes, é demorado. Itaipu é o exemplo mais ilustrativo: as primeiras obras foram iniciadas em março de 1975 e somente dez anos depois, no corrente mês, a empresa começará a dar lucro, através da venda da energia ao Brasil e ao Paraguai.

AS OBRAS

Até o final do ano passado, foram investidos em Itaipu, Cr\$ 13 trilhões, a preços de dezembro/84, correspondentes a 72% da realização financeira. Em outras palavras: para que a obra seja concluída, serão necessários recursos adicionais de pelo menos Cr\$ 4 trilhões, a preços do ano passado. É que faltam ser implantadas 15 das 18 unidades, o que deverá ocorrer entre 1985 e 1990, se o cronograma não for alterado. No sistema de transmissão em corrente alternada, também em Itaipu, já foram investidos Cr\$ 680 bilhões, representando apenas 27%, de realização do cronograma financeiro. Até agora só foi implantada a primeira linha, cuja operação deverá ocorrer a partir do próximo ano, restando ainda duas, que iniciarão sua operação em março/88 e outubro/89, se não faltar dinheiro — cerca de Cr\$ 2,2 trilhões, a preços do ano passado.

A hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada pelo presidente Figueiredo em novembro do ano passado, não é, como parece, uma obra acabada. Até dezembro do ano passado foram investidos Cr\$ 5,8 trilhões, correspondentes apenas a 65% do cronograma financeiro. A primeira unidade entrou em operação em novembro do ano passado, mas restam ainda sete unidades de 330 mw cada, as quais poderão ser implantadas entre 1985 e 1988, se os recursos, da ordem de Cr\$

2,3 trilhões, a preços de dezembro do ano passado, forem aplicados.

A primeira etapa do sistema de transmissão de Tucuruí, que consumiu Cr\$ 802,0 bilhões até o final de 1984, necessita ainda de Cr\$ 250 bilhões para ser concluído. As demais hidrelétricas da Amazônia, como Balbina e Samuel, estão com seus cronogramas atrasados, e até agora não consumiram senão 47% e 33%, respectivamente, de seus cronogramas financeiros. Essas obras aparentemente poderiam ser desativadas, mas um atraso em sua conclusão criaria sérios problemas de abastecimento de energia ao Amazonas e a Rondônia.

No Nordeste, a usina de Itaparica já consumiu quase Cr\$ 1,0 trilhão, correspondente a apenas 56% do seu cronograma financeiro. Uma eventual paralisação dessa obra poderia, a médio prazo, causar problemas ao abastecimento de energia no Nordeste, cujo consumo cresce a uma taxa anual acima de 10%. Todo o programa nuclear brasileiro, que consumiu até o final do ano passado perto de Cr\$ 9,0 trilhões, poderá ser desativado, pois seu cronograma financeiro está avançado em relação às unidades de Angra I e Angra II, mas alcança apenas 37% em Angra III e não mais do que 7% em Iguape I.

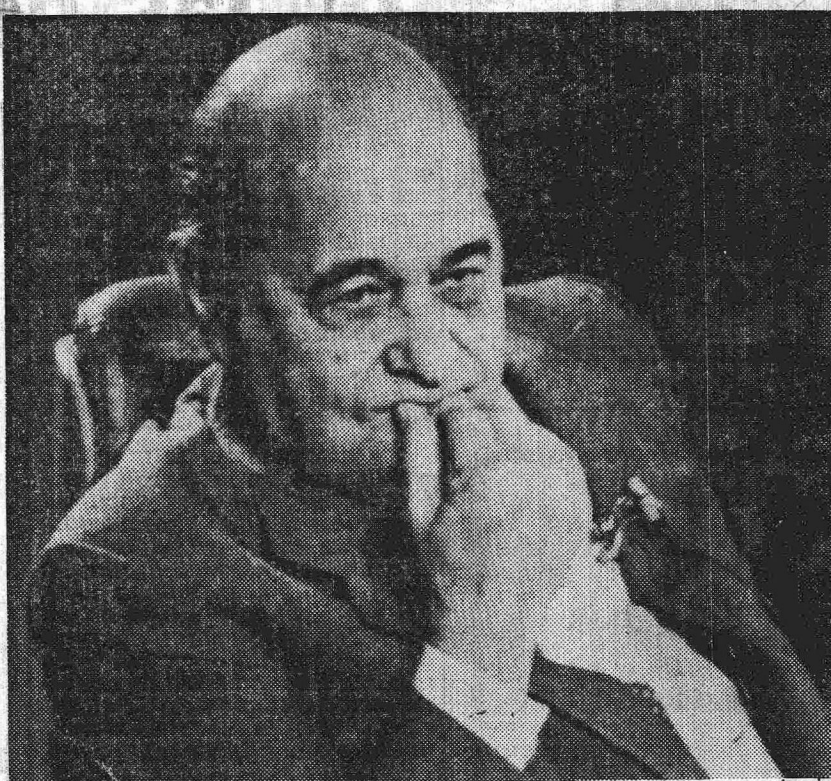
SIDERURGIA E METALURGIA

Os projetos siderúrgicos e metalúrgicos, assim como os relacionados com a extração e beneficiamento de minerais, inclusive petróleo, consumiram, até o ano passado, a maior parcela dos investimentos das empresas estatais. No caso do petróleo, é improvável que o novo governo tome qualquer iniciativa no sentido de restringir os investimentos da Petrobrás que, sozinhos, respondem por mais de 30% dos investimentos globais do setor público, em face da importância estratégica da independência no suprimento petrolífero, para a segurança do País e a regularização de suas contas externas.

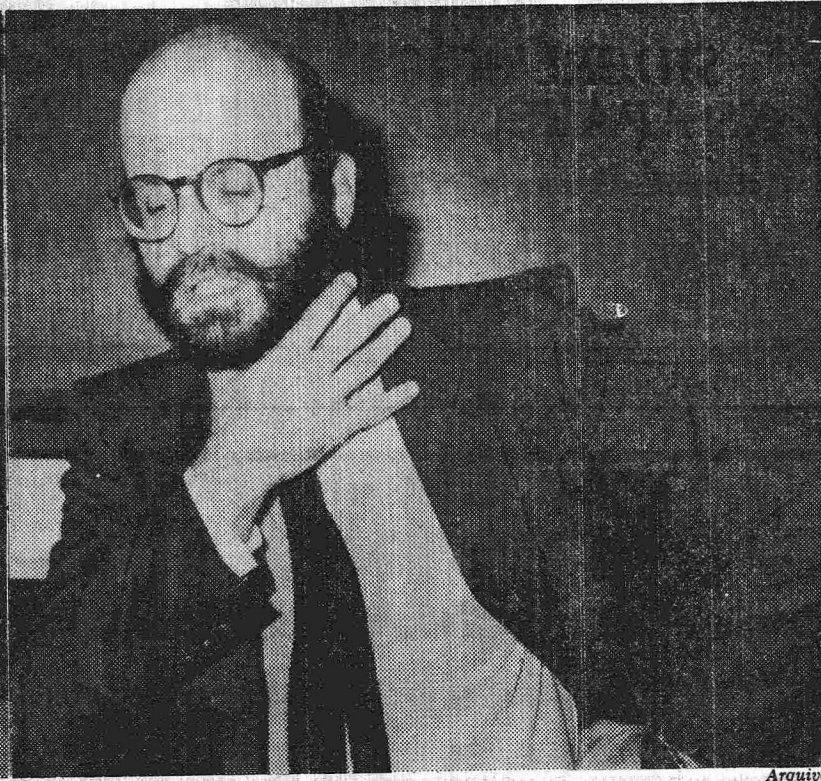
Os grandes projetos de mineração de alumínio no Sul do Pará, desenvolvidos pela Companhia Vale do Rio Doce — CVRD — com um consórcio de empresas japonesas, também não deverão sofrer cortes, pois já estão com seus cronogramas atrasados. Além disso, sua produção se destina à exportação, devendo, gerar divisas para o País, importantes nessa fase do ajuste externo.

Podem ser passíveis de suspensão ou restrição os projetos de desenvolvimento de petróleo de xisto, ou o projeto de produção de barrilha, da mesma forma que, na área de transportes, é provável que a Ferrovia do Aço continue com sua obra paralisada, apesar de terem sido investidos, até o final do ano passado, Cr\$ 3,1 trilhões, a preços de dezembro/84. Se o novo governo pretender fazer economia em cima dos projetos do setor transporte, poderá desacelerar os projetos de trens metropolitanos em Belo Horizonte, Recife e outras capitais, grandes sorvedouros de recursos, embora perfeitamente ajustados à estratégia de racionalizar o consumo de combustíveis.

(Brasília/Agência Estado)



Objetivo de Tancredo é liberar recursos para área social



Sayad manifestou "horror" diante do orçamento da Sest